



A. Estado, Poderes e Sociedade
B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões
C. Educação e Desenvolvimento
D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes
F. Família, Género e Afectos
G. Teorias, Modelos e Metodologias
Sessões Plenárias

“Ser pescador”: uma identidade social e familiar

Maria da Piedade Lalanda Mano

Introdução

A presente comunicação insere-se num estudo mais amplo da comunidade de Rabo de Peixe. Na sequência de trabalhos anteriores, a realidade pluridimensional desta freguesia, tem-nos levado a analisar o espaço, a partir da rede de parentesco e da forma como a endogamia define núcleos de residência que são, ao mesmo tempo, núcleos de concentração de classes profissionais. A parcela da população associada à actividade piscatória delimita uma área bem definida no espaço da freguesia, e assume-se com características diferentes das dos homens da terra, que são também os “de cima” por oposição aos homens do mar, “os de baixo”.

É neste simbolismo que opõe a terra ao mar, os “limpos” aos “sujos”, os “ricos” aos “pobres”, os de “boas famílias” com os de “famílias que não prestam”, que pretendemos encontrar alguns traços que nos permitam entender o pescador, e ao mesmo tempo descobrir o homem insular que nele se manifesta. O espaço da comunidade, revela-se-nos como possuindo polaridades de sentido. O espaço onde o Homem vive nunca é neutro, nem informe, ele sacraliza-se (ELIADE, 1975:322) pela construção humana.

Esta construção sacralizada do espaço, projecta uma estrutura sociológica da comunidade, onde as dimensões socioculturais e económicas identificam “classes”, mas também definem “discursos” (GIDDENS, 1989:73). A este propósito Giddens refere que “a segregação vertical de *milieux* também é quase sempre uma segregação espacial”. (1989:73).

Parece-nos de importância capital, olhar o pescador na sua relação com o mar, através do “barco”, visto, não apenas como mero utensílio de trabalho, mas como extensão do próprio homem, enquanto entidade animada de identidade própria. O barco é um elemento aglutinador da realidade humana, à semelhança da “casa”, e como esta possui um sentido de orientação, uma estrutura interna e é para o homem fonte de protecção e segurança.

Ao longo desta exposição, procuraremos partir do Homem e chegar ao Barco, como projecção dessa estrutura social que o homem construiu.

Até que ponto, as mudanças exigidas nos barcos, a modernização e as novas tecnologias de pesca, não exigem uma reestruturação da organização humana ?

A questão da identidade

O termo *Identidade* tem sido utilizado de forma diversa, mas surge sempre como expressão da diferença que se quer marcar entre pessoas, grupos ou comunidades. Uma diferença que reside num modo estrutural de ser, fundado numa história, numa lógica aceite. “A afirmação da identidade é, em primeiro lugar, uma autodefesa, já que a diferença aparece sempre, numa primeira abordagem,

como uma ameaça (SELIM, A. 1981:31).^[1] A realidade açoriana surge como exemplo concreto de uma síntese inacabada de culturas, de espaços, construídos em nove ilhas que ocupam no Atlântico uma área de 600 Km².

Enquanto espaços de povoamento português são hoje um enigma para a História, quando se pretende conhecer quem foi esse “povoador”, de que comunidades portuguesas veio, que práticas culturais introduziu inicialmente no modo de vida das comunidades insulares, e que hoje surgem adaptadas, transformadas por cinco séculos de vida em ilhas vulcânicas, sujeitas a sismos. Esta questão das origens, prende-se directamente com o tema da Identidade cultural, que se manifesta na linguística (MACHADO PIRES A., 1995), nomeadamente o modo como se pronunciam as vogais, ou

nos termos que ainda se utilizam nas ilhas e que se perderam noutras regiões do país; manifesta-se na forma de construir as casas, de as organizar, de ocupar o espaço; no modo de ser, de fazer e de pensar. Em suma, ser açoriano, é ser uma resultante, da pluralidade de influências culturais que caracterizavam os povoadores, e uma consequência da marca indelével, do mar, do isolamento, desse ser Insular que, Vitorino Nemésio definiu como sendo a “Açorianidade”^(NEMÉSIO, V.,1983). Mas se Nemésio procurou expressar, neste termo, um sentimento próprio de quem se diz vibrar numa “alma insular”, o termo da açorianidade representa, na realidade, uma dimensão secundária na identidade dos açorianos.

Como o refere José Manuel Mendes (1994:163), esta “acorianidade” enquanto “comunidade imaginada ou comunidade simbólica” (...) “só é activada, enquanto estratégia identitária ou como identidade social, por certas fracções da burguesia (sobretudo as mais ligadas ao capital local) e da nova pequena burguesia (com um elevado capital escolar e cultural e natural dos Açores).”

Segundo o dizer do Profº Machado Pires (1996) “a açorianidade não deve ser só entendida como um conceito subjectivo, mas como um fundamento da identidade açoriana e suas formas de expressão, e portanto, como fundamento de uma estrutura de poder político que lute pela Autonomia”. Aliás José Manuel Mendes demonstra, no seu artigo, como tem sido utilizado o conceito de açorianidade na construção da Autonomia, nomeadamente nas relações entre governantes regionais e as comunidades emigrantes, sobretudo nos Estados Unidos e Canadá.

Se a açorianidade não é um sentimento assumido, consciente de todos os açorianos, mas sobretudo partilhado por uma “elite” intelectual e política, o certo é que há traços de identificação local que definem parcelas, microcosmos identificatórios, e que retalham o espaço do arquipélago em pequenos mundos, que não coincidem com a dimensão ilha, concelho ou mesmo freguesia. A história cultural de um povo, marca o espaço de forma particular, demarcando-o de quadros geométricos fechados, (ORIOU, M.1979:25) melhor dizendo de lógicas politico-administrativas. O espaço açoriano, enquanto espaço social, revela-se descontínuo, não apenas por razões geofísicas, mas sobretudo por revelar núcleos interactivos, identificados em cada ilha, parcelas de uma freguesia ou concelho.

Os condicionalismos insulares (isolamento; recursos; grupos de povoadores com características culturais próprias...), permitiram o desenvolvimento de diferentes “idioculturas” (1994:157), conceito

que parece ser mais adequado à realidade da interacção dos pequenos grupos.^[2]

Neste sentido, procurar a *idiocultura* ou seja a realidade das interacções sociais que dão forma a uma parcela do espaço social da comunidade, é o objectivo desta comunicação. Pretendemos encontrar a diferença que distancia os homens do mar dos homens da terra, e encontrar, nessa diferença, a lógica dos comportamentos que se projectam numa rede de interacções, numa estrutura do próprio espaço/território. No dizer de Pierre Bourdieu (1989:134), o espaço constroi-se com base numa relação de forças objectivas, que em suma são as diferentes espécies de poder ou de capital (económico, cultural, social e simbólico).

O espaço/território como projecção da identidade

De forma expontânea ou inconsciente o homem deixa escapar a sua identidade através do modo de falar, do modo de fazer ou do espaço onde reside, e a forma como o transforma, seja ele a freguesia, a rua ou mesmo a habitação onde reside, a casa.

E nessa expressão, encontramos linhas de sentido para um grupo, uma comunidade cultural. A dimensão geográfica e espacial revela-se deste modo como um dos mais importantes, antigos e permanentes indicadores da identidade. Funciona como uma pedra dura, inamovível, em torno da qual se desenvolve a própria identidade espiritual. (TOLOSANA, C.Lisón,1991:44). Ser micaelense ou ser transmontano, remete-nos de imediato para um espaço de referências e de sentidos, marcado por uma afectividade inerente ao relacionamento aí estabelecido.

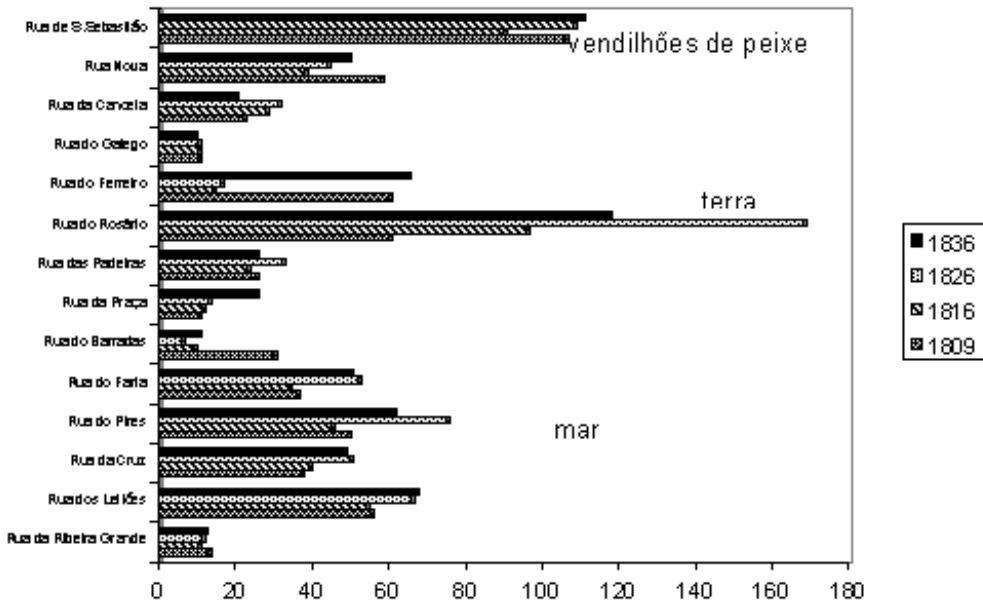
O espaço revela-se como um totalidade a *desconstruir* em unidades de povoamento (passagem da freguesia/aldeia à zona/bairro...) (IZARD, M.1983:307-308) que permitam a construção

de territorialidades de linhagem (passagem da zona à linhagem).^[3] Através do espaço assim construído, encontrar-se-iam projectados diferentes nódulos, e diversos angulos de apreensão da identidade e da diferença. (IZARD, M. 1983:308)

Foi nessa linha da descoberta de uma trama de relações que começamos por analisar os roteiros paroquiais, arquivados desde o século XIX na Igreja do Bom Jesus Salvador, orago desta freguesia. Verifica-se que a ocupação deste território cresceu a partir de três eixos fundamentais: a pesca, a venda de peixe e a agricultura, os quais definiram o espaço da comunidade e determinaram as zonas de crescimento do habitat (número de fogos) e da população (número de habitantes)

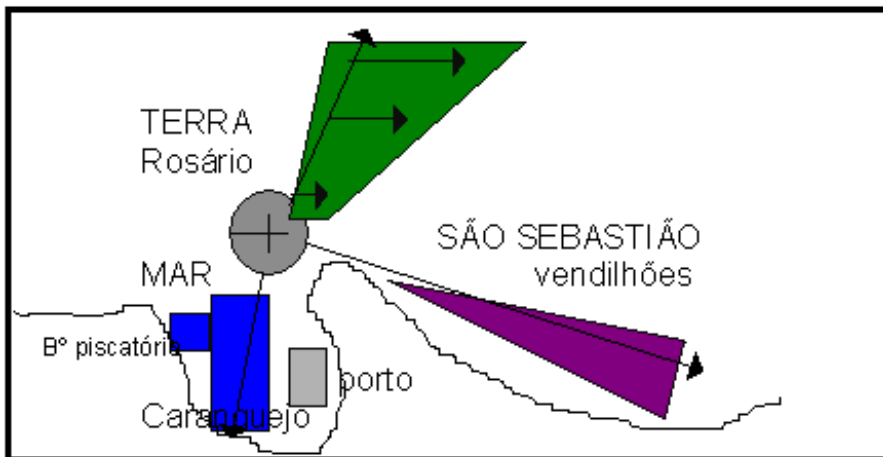
Evolução do número de fogos na freguesia de Rabo de Peixe

(roteiros paroquiais de 1809-1816-1826 e 1836)



O gráfico anterior revela os núcleos de fogos que no início do séc.XIX definiam as zonas da comunidade, e que desde então têm vindo a “alargar”, através da abertura de novas artérias (travessas), ruas perpendiculares a estes grandes eixos. [4]

Esquema básico sobre o qual assenta o crescimento da freguesia



Situada num desses eixos, desenvolveu-se a comunidade piscatória, que se fechou numa zona costeira (limítrofe), através de um aumento endógeno do número de habitantes que entre si se aliavam, e ainda se aliam, pelo casamento. Nesta zona da freguesia, raros são aqueles que não estão ligados às actividades do mar, sejam a pesca ou a lota, (local de venda do pescado). O mar surge, para esta parcela da comunidade, como o espaço de trabalho que define a sua actividade profissional. E este facto parece relevante, quando se procura entender separação “terra/ mar” associada também a “riqueza/pobreza”.

O mar na história dos Açores

Enquanto fonte de actividade piscatória, o mar aparece, na história dos Açores, como um espaço marginal. O Infante D. Henrique trouxe consigo homens da sua confiança ligados à terra, que se rodearam de cultivadores e criados de lavoura, afim de dar corpo a uma estratégia de povoamento, baseada na necessidade de “obter trigo e carnes para consumo no continente e praças do norte de África, bem como para abastecimento dos navios e armadas” (RIBEIRO, Luis da Silva, 1983: 46). A estrutura social de então, marcada por nobres, nem sempre presentes, agricultores e camponeses, enquadrava em menor número, escravos mouriscos e depois negros (RIBEIRO, L. da S., 1983:47)

Refere a propósito Gaspar Fructuoso (1981: 113-114), que no lugar de Rabo de Peixe, guardavam os mouros gado quando viram “junto ao mar um peixe muito grande, sem se poder saber que peixe fosse, se era baleia ou de outro nome, e pelos mouros foi dependurado o rabo dele em um pau e dali a dias perguntando a um de donde vinha, respondeu que do rabo de peixe”

Ainda hoje a zona extrema da comunidade, orientada a poente, denomina-se “Cova da Moura” a qual se encontra no limite de um dos eixos de crescimento da freguesia .

O povoamento seguiu uma estratégia agrícola, baseada na concessão de terras e na exploração das riquezas naturais da ilha. E, apesar do espaço “ilha de S.Miguel” ter sido povoado pela orla, até uma altitude de 300 metros, as comunidades “voltaram costas ao mar”, como é exemplo flagrante a cidade de Ponta Delgada, que só nos anos quarenta viu construir uma “avenida marginal”, hoje mais alargada.

O povo colonizador era gente ligada à terra, e como tal, a sua posse constituía um “bem”, uma garantia de sustento e de sobrevivência. Aliás, o povoamento valorizou esta posse, através do regime de capitánias, que consistia em doar terras a senhores “a quem se transmitiam amplos poderes económicos, jurídicos e administrativos (...)

Estas “doações de terras aos colonos, as atribuições de espaço para cultivarem e aí instalarem a sua vida, a sua actividade e as suas casas, faziam-se também por um processo que era corrente no Sul do País. Todas essas doações eram “sesmarias”, quer dizer, terras que se ofereciam com amplos direitos de exploração e de posse, mas em que estava implícita a obrigação de as povoar e cultivar num período determinado, geralmente fixado em cinco anos, sob pena de reverterem à Coroa ou aos capitães donatários que neste caso a representavam”. Era concedida uma carta de foral, à semelhança das vilas e cidades, e nela se especificavam direitos e regalias, isenções e tributos.” (RIBEIRO, Orlando, 1962:16)

Nos topónimos da Ilha de S. Miguel, e no caso concreto desta freguesia, ainda se registam algumas referências a forais, nomeadamente o “foral da alegria”, hoje rua da Alegria.

Face à importância histórica que a Terra representou na posse do espaço, a gente do mar surge como marginal a este território “marcado” e delimitado por muros e barreiras, definindo e reforçando

essa posse. ^[5]

A gente do mar surge como uma classe à parte, que não se integra na estrutura de poder que nasce com o povoamento/colonização. O espaço onde labutam não pertence a ninguém, apenas o secretismo dos mestres lhes confere um conhecimento “reservado” de pesqueiros, locais assinalados de forma primária, por um sistema de triangulação que utiliza como referência pontos em terra (igrejas, morros, ...)

Este parece ser o *primeiro traço de identificação* na caracterização do pescador: a não propriedade/ posse do espaço-mar.

A pesca artesanal

Os pescadores de Rabo de Peixe enquadram-se num tipo de pesca artesanal, onde o uso de tecnologias de apoio, nomeadamente sondas, rádios, é diminuto . As embarcações são denominadas de “boca aberta”, por não terem capotagem, e por esse facto destinam-se sobretudo a uma pesca

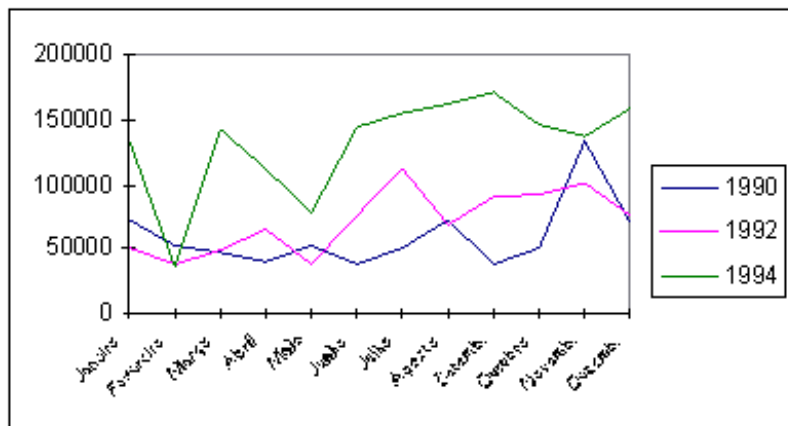
costeira, que rondava, tradicionalmente, as 12-13 milhas de distância da costa. ^[6] Aliás pode-se compreender a frequente aproximação à terra, já que essa serve de ponto de referência para a localização dos pesqueiros e a maioria dos barcos não possui um sistema “rádio” para

comunicações com terra. ^[7]

A pesca artesanal está por isso confinada a uma área costeira e a um conjunto de técnicas tradicionais, às quais corresponde a captura de determinadas espécies. Algumas embarcações dedicam-se a uma única espécie de peixe, como é o caso do “chicharro”, sendo estes pescadores denominados de “chicharreiros”.

O facto de as condições do mar e do tempo, nem sempre serem favoráveis, determina uma *segunda característica essencial na caracterização* desta classe profissional: a sazonalidade da actividade piscatória e os períodos, por vezes longos, de inactividade. De notar, que nesta comunidade de pescadores, não há tradição de aliar a actividade na terra, durante esses períodos de inactividade, “compensação” que se verifica noutros aglomerados de pescadores.

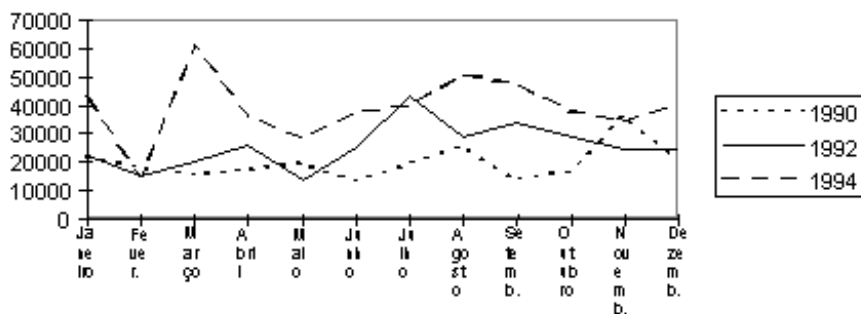
Peixe descarregado/mês no Porto de Rabo de Peixe (quantidade em kg) ^[8]



O gráfico anterior revela a variação no volume de capturas, o que permite avaliar não em meses mas em anos a quantidade de recursos obtidos: há anos bons e anos maus...dependendo muito das condições do mar .

Em termos do valor económico que este pescado representou por mês, o gráfico seguinte revela uma curva diferente, onde um período de melhoria dos rendimentos situa-se entre Maio e Setembro, decrescendo de Outubro a Fevereiro. Neste último mês, o rendimento dos pescadores é, habitualmente, baixo.

Evolução do rendimento obtido da venda do pescado no porto de Rabo de Peixe (1000 esc.)



Esta relação “instável” com o espaço-mar, atinge directamente o pescador, não de forma individual, mas antes colectiva. Ou seja, enquanto a terra pode ser trabalhada pelo dono, independentemente de ter ou não trabalhadores por sua conta, o dono de um barco ficará na mesma condição dos outros pescadores, se o mar não permitir uma pescaria. A fome e a miséria atingem de igual modo, o dono que é muitas vezes o mestre, e todos os outros membros da companhia. ^[9]

Este facto introduz uma *terceira dimensão importante na identidade do pescador*: a cooperação exigida para a faina, e da qual depende a sobrevivência de todos.

O barco como espaço de cooperação/identificação

O barco é para o pescador mais do que um simples “utensílio” de trabalho. O barco é uma entidade com “nome”, logo possui uma identidade própria.

Fruto de uma adaptação “ecológica”, de um tipo de embarcação do Continente, aparentemente do Algarve, à realidade do oceano, o barco micaelense é de estrutura sólida, feito de cedro e

acácia, protegido por pranchas de pinho, madeiras que ainda são originárias das ilhas, nomeadamente S.Miguel e Sta. Maria.

A sua estrutura/construção obedece a um desenho, que a tradição manteve e que permite a navegação à vela ou a motor. Mas, há algo de “humano” ou de “criação”, nessa construção, já que nenhuma embarcação possui as mesmas dimensões do que as outras. Todas têm pequenas diferenças, quer no comprimento, quer na largura da “boca” ou na altura do pontal, o que logo determina uma tonelagem diferente, que pode variar num kilo apenas.

Esta humanização na criação do barco, parece reforçada pelo próprio nome e matrícula que lhe são atribuídos. Sempre diferentes, nunca poderão ser alterados, quando por um acaso, o barco tiver de ser sujeito a grandes reparações. A sua existência é uma e se não puder ser reparado, o barco é queimado longe do porto em lugar desterrado, a nascente da zona piscatória.

Esta prática “de inseneração” confere uma dimensão sagrada a esta estrutura, a este espaço que

se anima, que vive com os homens e onde os homens vivem.^[10] Enquanto espaço sacralizado pela vivência do homem, não se estranha verificar que a maioria dos pescadores leva, dentro do barco, sinais de uma protecção divina, à semelhança dos que se penduram ao peito ou se colocam nas cómodas dos quartos: o Senhor Sto Cristo, Imagens de Nossa Senhora, um terço ou outros objectos de “influência” protectora. O local onde os guardam é a “proa” do barco. E, este lugar parece não ser desconhecido de outras culturas e civilizações, como o revela o trabalho de Octávio Lixa Filgueiras (1978:14) sobre a protecção mágica dos barcos:

“A imagem simbólica ou a própria função de transporte ritual tendem a ser superadas pelo conceito de barco-ente-animado “possuído” por um espírito, identificado com um ser vivo, com uma divindade até”. A propósito, cita um outro trabalho de Water Hornell, onde é dito que “la proue des navires de l’Inde, comme sanctuaire ou bien siège du génie, du dieu ou de la déesse tutélaire”.

Reforçando a valorização que é dada à proa do barco, registre-se que é nessa parte que se inscreve o nome e por vezes se pintam “símbolos” de protecção: uma cruz ou uma estrela de quatro pontas, a “imagem de N. Sra. de Fátima”, uma pomba ou mais raramente, uns “olhos”, numa clara transposição da dimensão “face/cara” para a proa do barco.

Em suma, a estrutura do barco é, de algum modo, uma estrutura antropomórfica, já que o barco possui um esqueleto ou ossada e em alguns casos, a parte do casco que mergulha na água é denominada

“obras vivas” e a que fica fora de água “obras mortas”.^[11]

É também frequente falar-se do fundo do barco, nomeadamente na proa e na popa, como o leito do barco, que em suma integra a parte viva deste “corpo”.

O barco, enquanto “corpo”, sacraliza-se num “baptismo”, onde o sacerdote intervém como mediano do divino. À porta da casa do dono, outrora à porta da igreja, é conferida uma benção que é ao mesmo tempo uma protecção para os homens que nele vão trabalhar. Os companheiros vazam umas garrafas de vinho sobre o barco e, à semelhança de um qualquer baptismo, o dono oferece aos companheiros uma refeição melhorada, com comida de festa (carne, doces..).

Esta sacralização do barco, enquadra-se no sentido que Mircea Eliade (1950:21) descreve, quando define a relação que o Homem tem com o sagrado, pólo que ao mesmo tempo atrai e atemoriza, dada a força que nele reside:

“C’est du sacré, en effet, que le croyant attend tout secours et toute réussite. Le respect qu’il lui témoigne esta fait à la fois de terreur et de confiance. Peu importe la façon dont il imagine cette origine suprême,(...) force diffuse et indéterminée qui donne à chaque objet son excellence dans sa fonction”.(...)

Olhando a realidade dos barcos de Rabo de Peixe, e fazendo referência aqueles que operam neste porto, verificamos que em 50 embarcações, 17 têm nomes de inspiração religiosa (34%), 12 são nomes próprios (24%), 7 dizem respeito a localidades ou pontos de referência em terra (14%), 4 indicam elementos ou realidades do espaço astral (8%) e finalmente duas relacionam a embarcação com

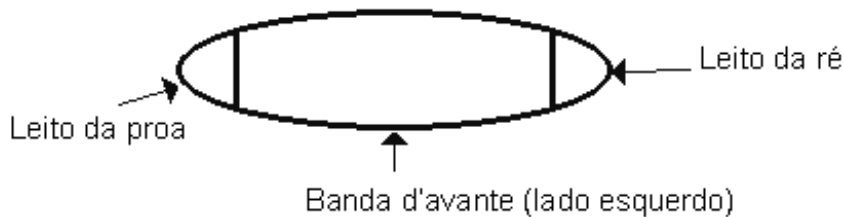
o mar (4%) e uma utiliza um adjectivo de coragem (2%).^[12]

No total, as denominações que individualizam/personificam, como entidades, o barco, quer seja de forma “divinizada” ou “humana” representam 58% do total de nomes registados.

O sentido sagrado do barco manifesta-se enquanto corpo “individualizado” e enquanto espaço de vivência onde o homem trabalha, lida com o mar.

Parece-nos por isso lícito, assemelhar a realidade do espaço-barco à do espaço-casa, enquanto espaço “humanizado”/socializado. Em certa medida, o barco representa a casa dos pescadores durante a permanência no mar, o espaço onde eles interagem, cooperam, numa actividade comum.

Registamos a este propósito o facto de, os pescadores de Rabo de Peixe, denominarem o lado “bombordo” do barco como “banda d’avante” e o lado “estibordo” como “banda do meio”. Não nos pareceria intrigante esta denominação se ela não definisse uma polaridade no barco, não coincidente com a estrutura material da embarcação.



A existência de um “meio” no barco, parece-nos conduzir a um entendimento do espaço sacralizado que é esta estrutura, que se assemelha à casa tradicional do mundo rural onde também encontramos a designação do “meio da casa”, atribuído ao quarto da entrada. (MENDONÇA DIAS, 1948:v.9º:75).

“O meio da casa é o quarto de entrada, é ai que os camponeses fazem o seu celeiro, ai recolhem o milho quando o tiram da cafua, e o seu trigo, e todos os mais cereais, em sacos atados na boca e colocados em cima de uns bancos, para estarem fora da humidade”(…)“os noivos pobres, os barqueiros, o trabalhador da enxada, não tem nada disto, a miséria é grande”.

Esta comparação Barco-Casa, não nos parece ousada na perspectiva de ambos poderem ser considerados “espaços sacralizados”. ^[13] E tal surge associado à existência de um centro (meio). Este simbolismo encontra-se associado a toda a construção humana, quer se trate de cidades ou de casas.

“Est “centre”, en effet, tout espace consacré, c’est-à-dire, tout espace dans lequel peuvent avoir lieu les hiérophanies e les théophanies et où se vérifie une possibilité de rupture de niveau entre le ciel et la terre.” (ELIADE, 1975:315).

O pescador, caracterizado por não possuir um espaço de trabalho próprio (terra) manifesta através do barco, não tanto a posse de um instrumento de trabalho, semelhante à charrua que lavra a terra, mas antes um espaço vivido, com e no qual ele enfrenta o mar, para com “arte” retirar dele o sustento.

A companha — estrutura humana — base da actividade piscatória

O barco de pesca, raramente permite uma pesca solitária, a não ser que seja de reduzidas dimensões. Na maioria dos actuais barcos de boca aberta, são necessários 4 a 5 homens no mínimo, podendo uma companha englobar 20, quando se trata de uma embarcação de 12 metros. Este grupo revela uma organização social própria que favorece a cooperação. A simples utilização dos remos exige, nos barcos mais pequenos, dois homens por remo e nos maiores três e quatro homens, o que revela a interdependência entre os pescadores. Por outro lado, o mestre e os companheiros não têm lugares/tarefas fixas dentro do barco. Todos sabem e fazem de tudo, o que não invalida reconhecerem os que têm mais jeito ou mais força para um determinado trabalho.

Na base deste grupo estão as relações de parentesco à semelhança de muitas tripulações piscatórias. Richard Pollnac (1988:141), estudioso da pesca em pequena escala, refere que “ o bom relacionamento numa embarcação é um requisito essencial para que o trabalho seja bem sucedido no mar e se os membros da tripulação forem da mesma família, ainda pode suscitar um maior grau de cooperação dentro do grupo”, fomentando por isso um maior grau de estabilidade.

Os pescadores de uma mesma companha são conhecidos entre si: primos ou irmãos, cunhados... e todos respeitam um “mestre” que pode ser o pai ou o tio. Na realidade, este facto reproduz um fenómeno de endogamia, onde se reforçam as alianças entre famílias de pescadores através do casamento, o qual se revela uma expressão clara de homogamia social.

O parentesco e a companha de pescadores

O parentesco manifesta-se como uma estrutura base na definição do grupo de companheiros e por consequência enquadra um conjunto de famílias numa cooperação profissional e afectiva. O “respeito” exigido ao mestre, confunde-se com o respeito aos mais velhos na linhagem.

A cooperação no mar dá continuidade, em alguns casos, a uma coabitação em terra. Pollnac refere em 1988 que 39% dos inquiridos no seu estudo, coabitavam com outros pescadores, fenómeno que parece manter-se ainda hoje. Nos dados que recolhemos, verificamos que num total de 32 embarcações que registaram as suas companhas no porto de Rabo de Peixe, apenas quatro (12,5%) não possuíam pescadores com relações de parentesco. Nas restantes 28, verificamos as seguintes relações, tendo como referência o dono, em muitos casos, mestre do barco:

Relações de parentesco nas companhias registadas em 1996 no porto de Rabo de Peixe ^[14]

Relação de parentesco	nº de companhias	% *
entre o dono do barco e os companheiros ^[15]		
pai-filho	16	57,14
irmãos	5	17,85
tio sobrinho	3	10,71
cunhados	2	7,14
sogro-genro	7	25,0
avô-neto	1	3,57

% calculada sobre o nº total de embarcações onde se registam laços de parentesco (28)

Num estudo elaborado noutra comunidade da Ilha de S.Miguel (Ribeira Quente) (LALANDA GONÇALVES R., 1986:117), a mesma dimensão familiar surge inerente à composição da companhia. Na realidade o mestre não escolhe os companheiros apenas atendendo às suas capacidades mas há uma “preferência” familiar nessa escolha. Por esse facto “as companhias são fortemente estruturadas no respeito pela hierarquia e pelos valores da solidariedade familiar e grupal.” (LALANDA GONÇALVES. R, 1986:117)

Quando analisamos os registos de casamento nesta comunidade, podemos confirmar que, um casamento de um pescador representa na maioria dos casos uma aliança entre famílias de pescadores. Estas alianças expressam, para além desta homogamia social, uma homoctonia, na medida em que a escolha do parceiro faz-se em muitos casos na rua de residência ou numa rua próxima. ^[16]

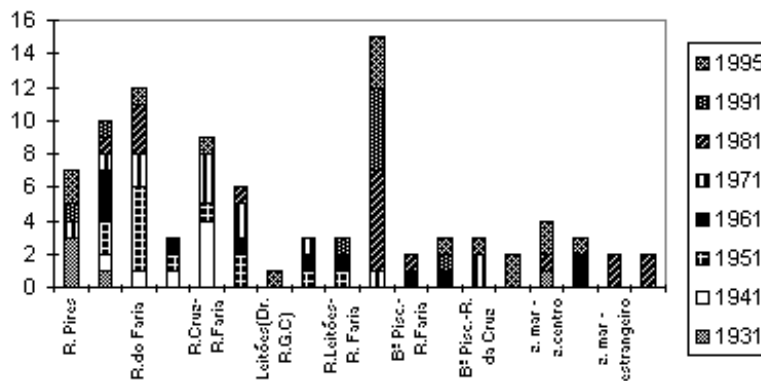
Na realidade a filha de pescador escolhe preferencialmente um “pescador” por companheiro, dando assim continuidade ao modo de vida familiar, favorecendo ao mesmo tempo a sua permanência no

espaço de residência paterno. ^[17] O mesmo é dizer, sempre que possível o noivo fica a residir na casa dos sogros, o que favorece a sua participação na companhia, onde muitas vezes o sogro é também o dono/mestre da embarcação.

Não raro, uma gravidez precede o casamento. No entanto, este facto não representa uma “deshonra” para a família da noiva, na medida em que os noivos passam a cohabitar e o casamento dá sequência a esta situação, logo que haja idade legal. A única deshonra aconteceria se o pai da criança não casasse com a noiva grávida. ^[18]

Analisando a homoctonia nos casamentos de pescadores, verifica-se que houve uma transferência acentuada deste fenómeno da zona mais tradicional (Ruas do Faria, Pires, Cruz e em parte Leitões) para o Bairro piscatório, construído nos anos 50.

Homoctonia no casamento dos pescadores com base no registo da residência dos conjuges



Inicialmente, as alianças davam-se preferencialmente entre a rua do Faria (ou rua do Porto) com ruas paralelas a esta, e nos últimos anos, o Bairro piscatório revela-se um espaço endogâmico, no todo desta zona. Há uma relativa distinção entre a zona “tradicional” da pesca e o bairro, por exemplo. em termos de mestres/donos de barcos, apenas três residem no Bairro.

De alguma forma, o Bairro surge como um “submundo” dentro do mundo piscatório, e é reconhecido

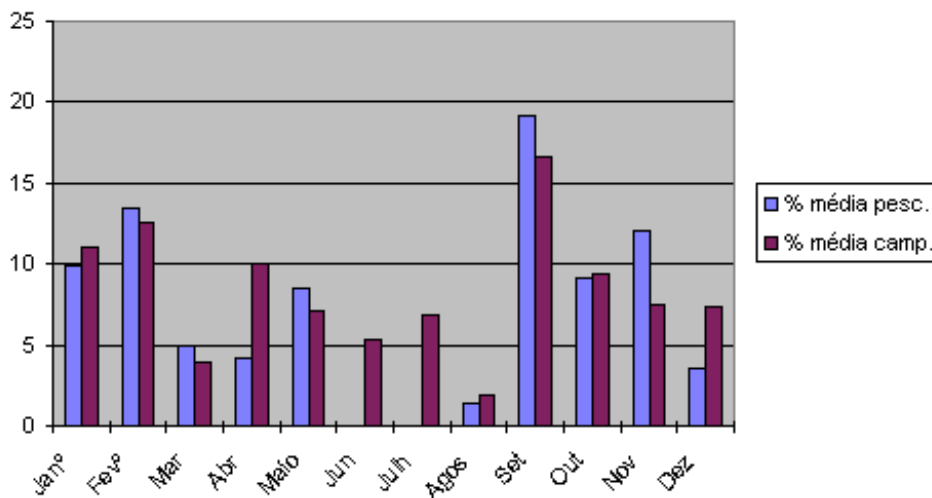
no meio como um espaço mais “violento”, onde há menos condições de vida, mais pobreza.

O calendário da pesca — o calendário dos casamentos

Se por um lado as alianças de casamento reflectem uma estratégia de continuidade/permanência no espaço-mar, os meses em que estes registos estão assinaladas, revela-nos um calendário que, possui aspectos comuns ao espaço terra e ao espaço mar, e aspectos específicos de cada classe/comunidade.

De um modo geral, existem dois períodos: uma época onde há um menor número de casamentos, que vai de Março a Agosto e uma época mais valorizada para casar, que vai de Setembro a Fevereiro.

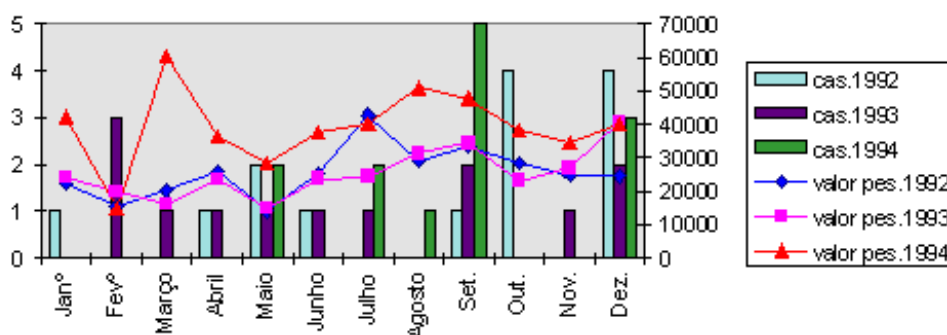
Distribuição dos registos de casamento (1911/15; 1921/25; 1931/35; 1941/45 e 1951/54) segundo o nº relativo/ mês



Há uma certa semelhança no calendário dos casamentos dos pescadores e dos camponeses/ agricultores, à excepção dos meses de Verão, onde os camponeses casam em maior número. Na lógica da terra, a fatura da colheita favorece o casamento; na lógica do mar, a instabilidade das capturas não determina uma época fixa de melhores rendimentos.

Tal é verificável quando se compara o número de casamentos de pescadores/mês registados entre 90 e 94, e a distribuição por mês do valor do pescado vendido. Verifica-se não existir uma correlação “lógica” entre a obtenção dos rendimentos e a existência de maior número de casamentos.

Comparação entre o número de casamentos de pescadores e o rendimento económico obtido/mês entre 1990-94 (Porto de Rabo de Peixe)



Não podemos isolar o factor económico na explicação da dinâmica social. Há factores sociais, culturais, e até religiosos que poderão estar na base da explicação desta descoincidência, nomeadamente a permanência dos homens em terra, por períodos prolongados, como acontece em Fevereiro (período de fracos recursos e bastante escolhido para casar); as festas dos pescadores, nomeadamente o Espírito Santo e S.Pedro Gonçalves, ambas ocorrendo em Maio.

A partilha do rendimento pela companhia

Se o barco surge na pesca artesanal, não como um mero objecto/instrumento de trabalho, mas como

uma entidade sacralizada, este facto não representa apenas uma dimensão simbólica do universo cultural dos pescadores, mas afecta directamente o modo como, tradicionalmente, é feita a partilha dos rendimentos da pesca.

À semelhança de outras comunidades piscatórias a divisão, do valor do pescado vendido, é feita numa base igualitária, em *quinhões* (porções).^[19] O pescado é vendido na Lota^[20] e aí são deduzidas as taxas, amortizações de empréstimos ao Governo, o que no dizer de um pescador constituía o pagamento do dízimo.^[21] O valor final é entregue ao dono do barco que o divide numa “loja” (taberna). Desta feita o taberneiro deduz algum material aí levantado, e tira um valor para “bebida” (ex. 100\$00 por pescador da companhia). Depois disto, a partilha tem em conta um esquema de divisão onde o barco e os aparelhos são considerados ao mesmo nível dos homens.

Esquema-base de divisão dos *quinhões*

Entidade receptora	nº de quinhões a receber
barco/proprietário	1 quinhão
motor/proprietário	1 ou 2 quinhões (dependendo se o motor está pago ou não)
aparelhos	2 ou 3 quinhões (dependendo do tipo de arte - redes, armadilhas (covos), trol...)
mestre*	1 quinhão
companheiro	1 quinhão

* quando o mestre não é dono do barco, este entrega-lhe, à posteriori, mais um quinhão, que retira dos que lhe são entregues.

O barco é considerado como uma entidade e o mestre não tem mais “direito” do que o companheiro, apenas poderá ser recompensado pelo dono do barco ou sendo ele o dono, tirar dos proventos destinados à substituição/reparação do material desgastado, mais alguns proventos., o que nem sempre acontece dado a constante necessidade de substituição e manutenção do material. Este facto aliado à sazonalidade da pesca, coloca a necessidade de um esquema de empréstimo/

crédito adaptado ao pescador, já que na “banca” ele tem dificuldade em entregar uma amortização fixa.^[22] O facto da companhia ter por base relações de parentesco, favorece o número de quinhões que pode entrar numa mesma casa, vinda dos diferentes membros que a compõem. Este facto tem favorecido a presença, muitas vezes clandestina, de jovens com idade inferior a 14 anos, que indo no barco como companheiros, trazem para casa “meio-quinhão” ou “uma parte” (um quarto de quinhão)

ou mesmo um quinhão inteiro, dependendo do que são capazes de realizar no barco.^[23] Muito frequentemente, o dono do barco incorpora na partilha dos quinhões, um quinhão para o Senhor Bom Jesus ou N. Sra. da Boa Viagem, dinheiro que reverte para as Igrejas destes santos patronos, respectivamente Rabo de Peixe e Calhetas, para além da parte que se retira para a organização das Festas do Espírito Santo, também retirada ao “todo” do pescado. É claro que, quanto mais se divide, menos cabe a cada um, mas isto apenas confirma que a pesca artesanal baseia-se numa “solidariedade social e familiar”.

Mudar na pesca, intervir nas famílias, transformar o espaço

Os pescadores são referidos pela literatura etnográfica como gente “atrasada”, “imprevidente” (BRAGA, Teófilo, 1885(ed. de 1994),v.1:80), “desleixada”, descuidando a higiene (ALMEIDA, Gabriel d’, 1892:8), onde raramente abundam os recursos e cuja fama é normalmente pouco prestigiante. Manuel Fidalgo (s/d,227-228) refere ser corrente, nos Açores, a utilização de frases que tentam menosprezar as aldeias predominantemente piscatórias e os seus habitantes, como acontece com as Angústias (Faial), S.Mateus (Terceira) e Rabo de Peixe (S.Miguel) Pouco sensíveis à aprendizagem na Escola, as famílias de pescadores têm normalmente um baixo nível de escolaridade e, nem sempre motivam a geração mais nova para a sua frequência, apesar de a obtenção da cédula marítima exigir um nível mínimo de escolaridade.

Este dado vem reforçar a relativa integração da parcela piscatória no todo da comunidade. Aliás esta “separação” parece projectar-se na própria utilização/participação nas instituições, como são a Igreja, os supermercados, o Serviço de saúde, entre outros.

As compras diárias são feitas nos pequenos estabelecimentos da zona de “baixo”, nas “lojas das mulheres”. Aí se abastecem de mercearia e outros bens de primeira necessidade, normalmente “fiado”. Muito raramente, compram nos estabelecimentos maiores, que já existem na zona

de “cima”.

Ser pescador é, não só dedicar-se à arte da pesca, mas também pertencer a um espaço, a uma rede de parentesco, onde as ligações afectivas confirmam relações profissionais.

O barco, enquanto espaço de trabalho, não se reduz a um objecto, passível de modificações, baseadas em motivos economicistas. O barco de “boca aberta” está integrado numa estrutura/organização humana, adaptada a este tipo de equipamento. Intervir nos equipamentos, implica intervir na lógica do trabalho e na organização profissional — a companhia. E intervindo a este nível implica alterar laços de solidariedade familiar, introduzindo a competição num grupo onde a “sobrevivência” é a pedra de toque. O domínio que estes homens têm sobre o mar está condicionado por essa dupla estrutura material e humana e pelas técnicas de pesca que a embarcação permite utilizar e que os homens conhecem e dominam.

E estes três sistemas estão interligados por uma tradição de utilização, que determina o acesso ao espaço “mar” e o modo de o explorar, bem como as espécies a capturar.



A realidade piscatória da comunidade de Rabo de Peixe, parece assim projectar-se numa estrutura tradicional, definida a partir de uma tradição do barco de boca aberta e do modo como sempre os homens “dominaram” o mar, que conhecem e no qual aprenderam a marcar espaços.

A intervenção da CE, limitando a prática de pesca em barcos deste tipo, a zonas limítrofes à costa, veio definir três vectores de mudança:

- o tipo de barco;
- as técnicas e a utilização de aparelhos (instrumentos) de navegação e de detecção do pescado;
- a diminuição do número de homens por embarcação, através de uma maior e melhor utilização de tecnologias mais avançadas na captura dos peixes.

Estas medidas, que visam o desenvolvimento da actividade piscatória, no sentido de uma melhoria da qualidade de vida e da segurança económica dos pescadores, parecem ser de difícil implementação. Já nos anos 30 (FERREIRA, Pde. Ernesto, 1938:585) referia-se da importância que uma variação dos processos, que pusesse termo à rotina, poderia representar na melhoria da situação económica dos pescadores. Mais se adiantava que: as embarcações fossem apetrechadas com aparelhos modernos que permitissem o afastamento da costa com segurança, devido ao empobrecimento dos bancos ou pesqueiros tradicionais.

Passados, quase 60 anos, colocam-se os mesmos problemas. Os pescadores de Rabo de Peixe vivem de forma instável, recusando culturalmente o trabalho na terra, e talvez nem sempre compreendidos nessa sua “inactividade”, entendida como “falta de trabalho” ou “improdutividade voluntária” (sentados no muro junto à Igreja olhando o porto; encostados à muralha do porto, espreitando o mar; jogando às cartas ou ao dominó)

Ligado ao mar, por laços não apenas profissionais, ser pescador é integrar um todo coeso, identificado, não pelos bens que possui, mas pela relação pessoal que estabelece, com o Mar e com os homens que partilham a mesma “atração”. O mar “está no sangue”, dizem alguns pescadores, por

isso os “rapazes não querem saber da Escola”, que muitas vezes não lhes proporciona uma experiência de cooperação/identificação tão concreta e tão atractiva como a faina no mar.

Intervir com vista à modernização da pesca, não pode ficar-se por um regulamento europeu, que defina limites, que penalize esta estrutura tradicional por querer ser igual a si mesma. A intervenção em qualquer um dos elementos deste sistema, implica a análise das reacções/consequências no todo, quer se trate da comunidade/espço de residência; quer se trate da companhia enquanto estrutura de homens ou mesmo do barco, enquanto espaço que congrega grupos de conhecidos e familiares. A intervenção no mundo da pesca, não pode tão pouco ignorar a mulher do pescador.

Aparentemente longe do porto, apenas vivendo a emoção do sucesso ou do insucesso, a mulher do pescador representa a “terra”. É ela que, habitualmente, tem um papel activo no contacto com as instituições, nomeadamente as que se relacionam com a actividade piscatória. Mais capazes de “negociar”, as mulheres dos pescadores reivindicam junto dos governantes, protestam na comunicação social, para que ajudem os pescadores; qual “mãe-galinha” querendo assegurar o sustento dos filhos.

Conclusão

A comunidade piscatória forma um todo coeso e identificado. Logo, a transformação de um factor, afecta este todo, que se comporta como um mundo. A sua verdadeira transformação implica uma alteração da relação que o mundo do mar /pescadores tem com o todo mais vasto que é a freguesia, o concelho ou mesmo a Ilha/Açores.

Para se concretizar uma modificação num espaço, isso implica que outros espaços facilitem a mudança(SANTOS, Milton,1979:30)

As identidades sociais constroem-se por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão (PINTO, José Madureira,1991:219). A identidade não é por isso um “emblema” transitório ou meramente simbólico, ela resulta de um processo histórico que o grupo incorpora e assume.

A transformação dessa dimensão estrutural implica um processo coerente no modo como os diferentes factores interferem neste sistema. Por exemplo, um aumento da escolarização, não sendo correlacionado com a transformação dos processos tradicionais de pesca, poderá ter como consequência, o afastamento das camadas mais jovens, por esse facto menos identificadas com o mundo tradicional. Por outro lado, a manutenção do baixo nível de escolaridade, apresenta-se como um “*handicap*” e ao mesmo tempo “uma defesa” face às exigências de investimento económico e cultural, que atemorizam o pescador.

Conservadores no modo de fazer, os pescadores garantem esta aprendizagem através dos núcleos familiares que constroem e definem a “classe socioprofissional”. Não ir à escola, é visto como um direito: “se a filha da vizinha não vai, porque é que a minha tem de ir?”. A escolarização não surge integrada na promoção da pessoa, já que o futuro passa pela sobrevivência, pela reprodução de modelos tradicionais. Por outro lado, as Escolas surgem no espaço da comunidade, integradas no mundo da “terra”. Atravessar a rua, implica integrar-se no todo da comunidade. “Excluídos (por razões objectivas e subjectivas) dos processos mais dinâmicos e mobilizadores de recursos intelectuais, tais grupos acabam por interiorizar inibições e sentimentos de vergonha cultural que vão sobrepor-se às suas capacidades potenciais de criação e recriação de símbolos” (PINTO, José Madureira, 1991:228)

Logo, um processo de desenvolvimento cultural deste sector, implica o conhecimento do modo como é entendida, ou seja, o significado que a Escola, e o mundo em geral das instituições tem para esta população. Reagir ao absentismo através da intervenção da polícia, ou sancionar a inactividade do pescador, retirando-lhe os benefícios sociais, apenas reforça o isolamento que define esta comunidade e os traços de identificação que as famílias de pescadores assumem, já não tanto como acto consciente mas como processo simbólico de afirmação pela negação.

Referências Bibliográficas

- (1892) ALMEIDA, Gabriel d', *A indústria piscatória - 1432-1892*. S.Miguel: Ed. Tipografia do campeão popular.19 p.
- (1989) BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*. Lisboa: Ed. Difel, 311p.
- (1992) BROGGER, Jan, *Pescadores e pés-descalços*. Nazaré, Ed.Livraria Susy (1ª ed.) 235p.
- (1981) CASTELO BRANCO, D.Manuel, *Embarcações e artes de pesca*. Lisboa: ed. da Lisnave/Estaleiros navais.
- (1950) ELIADE, Mircea, *L'homme et le sacré*. Paris: Ed.Gallimard, 246 p.
- (1975) ELIADE, Mircea, *Traité d'histoire des religions*. Paris: Ed. Payot, 390 p.
- (s.d) FIDALGO, Manuel Caçoilo, *O pescador e a comunidade piscatória de S.Mateus da Calheta da Ilha Terceira*.in Livro da IIª semana de estudos.

- (1978) FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *A propósito da protecção mágica dos barcos*. Lisboa: Ed. do Instituto hidrográfico.
- (1981) FRUCTUOSO, Gaspar, *Saudades da terra*. Livro 4º vol. II. Ponta Delgada: Ed. Instituto cultural de Ponta Delgada.
- (1989) GIDDENS, Anthony, *A constituição da sociedade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 318 p
- (1983) IZARD, Michel, *A propos de l'identité ethnique*. In LEVI-STRAUSS, Claude, *L'identité*. Paris: Ed. Quadrige/PUF, 344 p.
- (1986) LALANDA GONÇALVES, Rolando, *Eutopia e emigração*. In Rev. Arquipélago - Ciências sociais, P. Delgada : Ed. Universidade dos Açores, vol. VIII., pp.107-132
- (1993) MANO, M. Piedade Lalanda G., *Redes de parentesco, estrutura de uma comunidade*. In Estruturas sociais e desenvolvimento. Actas do IIº congresso Português de Sociologia. Vol. II,
- (1994) MENDES, José Manuel, *As identidades sociais como políticas e como estratégias - o caso dos Açores*. In Revista Crítica de Ciências Sociais, vol. 40 Outº 1994.
- (1948) MENDONÇA DIAS, Urbano, *A vida dos nossos avós*, vol 9º. V. Franca do Campo: ed. A vila.
- (1987) MOREIRA, Carlos Diogo, *Populações marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto sup. De Ciências Políticas e Sociais, 558 p.
- (1983) NEMÉSIO, Vitorino, *Açorianidade*. in ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *A questão da literatura açoriana (recolha de intervenções e revisitação)*. Angra do Heroísmo: Ed. da S.R. educação e cultura.
- (1974) OLIVEIRA, Carlos Ramos, *A abordagem ecológica no estudo de populações de pescadores - um estudo de caso*. In, *In Memoriam - Antonio Jorge Dias*, vol. 1. Lisboa: Ed. do Inst. De Alta Cultura - Junta de Inv. Científica do Ultramar.
- (1979) ORIOL, Michel, *Identité produite, instituée*. In Cahiers Internationaux de Sociologie, vol LXVI, pp.19-28
- (1991) PINTO, José Madureira, *Considerações sobre a produção social de Identidade*. In Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 32, junho. pp.217-231
- (1995), PIRES, António Machado, *O homem açoriano e a Açorianidade*. Comunicação apresentada no Congresso Int. sobre Peculiaridades insulares. Canárias: 13 Outubro.
- (1996) PIRES, António Machado, *Açorianidade*. artigo inédito (cedido pelo autor), a publicar na Enciclopédia Açoriana (coordenada pelo Prof. Teodoro de Matos)
- (1976) POLLNAC, Richard B., *Continuidade e Mudança em comunidades piscatórias marítimas*. P.D. Ed. do Departamento de Sociologia e Antropologia em cooperação com o Centro Internacional para o Desenvolvimento dos Recursos do Mar da Universidade de Rhode Island (fotocópia), 74p.
- (1988) POLLNAC, Richard B., *Relações de parentesco e tripulações piscatórias*. In Rev. Arquipélago - C. sociais P. Delgada: Ed. Univ. dos Açores, nº3-4
- (1983) RIBEIRO, Luis da Silva, *Obras - vol. II: História*. Angra do Heroísmo: Ed. do Instituto Histórico da Ilha Terceira e da S. Reg. da Ed. e Cultura, 571 p.
- (1962) RIBEIRO, Orlando, *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*. Lisboa: Ed. da Junta de Investigação do Ultramar - Centro de estudos políticos e sociais, nº59 (Estudos de Ciências políticas e sociais), 213 p.
- (1979) SANTOS, Milton, *Espaço e Sociedade*, Petrópolis: Vozes, 156p.
- (1981) SELIM, Abou, *L'identité culturelle*. Paris: Ed. Anthropos.
- (1991) TOLOSANA, C. Lisón, *Variaciones en torno al problema de la identidad*. In *Cadernos do Noroeste*, vol. 4 (6-7), pp.41-47

[1] SELIM, Abou, p.31 ("Le problème de l'identité en général ne surgit que là où apparaît la différence. On n'a besoin de s'affirmer soi-même que face à l'autre et cette affirmation de l'identité est d'abord une auto-défense, car la différence apparaît toujours, au premier abord, comme une menace.")

[2] MENDES, J. Manuel, op. sup. cit, "idiocultura", termo utilizado pelo autor, citando Gary Alan Fine, p.169

[3] Desconstruir, tradução literal do termo "déconstruction" utilizado por Michel IZARD (1983) e que a nosso ver traduz uma estratégia de "desmontagem" de uma lógica de construção, onde se respeita a sedimentação dos elementos da história, da cultura e da própria lógica social dos grupos em causa.

[4] O levantamento do crescimento da freguesia até aos dias de hoje (1995) encontra-se em curso, o que poderá no futuro dar uma imagem clara de um certo crescimento endógeno de cada uma das zonas, através de uma densificação do número de habitantes.

[5] O micalense delimita a sua propriedade com muros, quer se tratem de pastagens ou de propriedades agrícolas, casas, quintas ou outro tipo de espaço. A paisagem micalense, é uma "manta retalhada" de pequenas parcelas.

[6] Actualmente e segundo as regras comunitárias, as embarcações tipo “boca aberta” não poderão ser construídas com mais de 9 metros e deverão limitar-se à distância de 6 milhas, senão, terão de possuir capotagem e sistema rádio, conforme estipula o Dec. Regional 43/87 de 17 de Julho, no seu artº63.

[7] Facto que tem explicado muitos dos acidentes com barcos deste tipo, que não podendo comunicar com terra, são muitas vezes socorridos “tarde demais”.

[8] Dados fornecidos pelo Serv. Regional de Estatística (Novembro de 1995)

[9] No mês de Janeiro de 1996, os representantes dos pescadores e o Governo, conseguiram um acordo, no sentido de organizar-se um “fundo para a intempérie”, onde são depositadas participações do Governo Regional e de cada um dos pescadores (com base numa percentagem sobre o pescado vendido) que permitam em situação de “mau tempo” prover rendimento, o que frequentemente acontece de Dez. a Fevº.

[10] Num outro porto de S.Miguel (Lagoa) é tradição, quando o dono do barco morre, os companheiros deitam o barco de lado no porto.

[11] ler a este propósito o trabalho de D.Manuel Castello Branco, *Embarcações e artes de pesca*, editado pela Lisnave/Estaleiros navais de Lisboa, em 1981

[12] os dados utilizados foram cedidos pela Capitania do Porto de Ponta Delgada, através do responsável no porto de Rabo de Peixe. Em anexo integramos a listagem dos nomes registados.

[13] De notar, a propósito, que o ritual utilizado pelo sacerdote durante a benção do barco é o mesmo que recita numa benção de uma casa/moradia, onde o sentido da “fertilidade”, “fortuna” e felicidade são invocados na ocasião da aspersão de água benta.

[14] A partir da informação recolhida junto da polícia marítima do Porto de R.peixe.(janeiro 96)

[15] Companheiros — termo utilizado para designar os membros de uma mesma companha — grupo de homens que trabalham no mesmo barco.

Este fenómeno foi por mim estudado num anterior trabalho, apresentado no IIº Congresso português de Sociologia (1994) intitulado “Redes de parentesco, estrutura de uma comunidade”.

[17] Esta estratégia familiar assemelha-se a um sistema matrilinear, que Jan Brogger encontrou manifesto na comunidade piscatória da Nazaré, segundo revela o seu trabalho “ pescadores e pés-descaços”.(1992:pp.45-61)

Nº o estudo sobre a Nazaré, é também feita referência a uma importância da gravidez pré-nupcial, que em muitos casos impede a noiva de ter um “casamento bonito” (com vestido branco).

[19] Carlos Ramos de Oliveira refere-se à pesca no Algarve, assinalando que a “redistribuição dos ganhos é feita numa base igualitária, dividida por partes “das quais umas tantas são para o barco.(OLVIEIRA, C.R.,1974:372)

[20] Organismo regional responsável pela pesagem e venda do pescado nos diferentes portos dos Açores.

[21] Descontos obrigatórios: 10% para a Previdência, 4% de taxa de lota; 3% para seguros de acidentes no trabalho; Descontos facultativos: 1,5% para seguro da embarcação, 0,6% de cota para a Associação de produtores e 10% sobre o quinhão do dono, se este tiver que amortizar algum empréstimo ao Gov. Regional.

[22] O governo Regional possui uma linha de crédito aos pescadores, que contempla este factor. Os 10% de amortização apenas são retirados nos dias de pesca efectiva.

[23] Limite mínimo para a obtenção do cédula marítima, desde que tenha o 6º ano de escolaridade